

ACTA N.º 2/2012**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2012**

Aos vinte e três dias do mês de Abril de dois mil e doze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de S. João da Pesqueira, por convocatória do senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel António Natário Cordeiro, de onze de Abril de dois mil e doze, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 - Apreciação da Atividade Municipal;

PONTO 2 - Análise, discussão e votação do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais;

PONTO 3 - Análise, discussão e votação do Regulamento Municipal de Licenciamento do Exercício de Atividades;

PONTO 4 - Análise, discussão e votação do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de S. João da Pesqueira;

PONTO 5 - Análise, discussão e votação do Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de S. João da Pesqueira;

PONTO 6 - Análise, discussão e votação do Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de S. João da Pesqueira;

PONTO 7 - Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2011.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão e lembrou aos presentes que ali assistiam que, querendo, poderiam intervir na mesma no período reservado ao público, mediante prévia inscrição na mesa.

Procedeu, depois, à chamada de todos os membros da Assembleia Municipal, verificando-se a ausência dos senhores Eduardo Manuel Dâmaso Frederico, Alberto Júlio da Silva Fernandes, Sandra do Céu Sandar Baptista Clemente Sequeira, Cátia Filipa Soares Monteiro Santana, Ana Maria Barbosa de Bessa Fonseca, António Domingos Brites Aguiar, Artur Jaime Costinha e Álvaro Augusto da Costa, que justificaram a sua falta, tendo-se apurado, assim, o quórum necessário para que a sessão pudesse legalmente funcionar, com a presença de vinte e um membros.

Período Antes da Ordem do Dia

O senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou este período informando mais uma vez que toda a correspondência recebida é arquivada na secretaria, aí estando disponível a todos para consulta. Deu conhecimento, depois, do seu acompanhamento da revisão do PDM e o seu estado atual, fazendo distribuir um documento sumário, dando, ainda, conta do documento elaborado pela CIMDOURO

e enviado ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura no qual se apontam soluções para o problema da vitivinicultura do Douro, fazendo distribuir uma cópia do mesmo, dizendo ter solicitado esclarecimentos acerca deste documento na Assembleia da Comunidade Intermunicipal, porquanto os caminhos apontado não colhem opinião generalizada dos diversos intervenientes. De seguida solicitou aos membros eleitos em representação da Assembleia Municipal nas diversas entidades e comissões que informassem a Assembleia das atividades das mesmas.

O senhor Luís Pereira informou que a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Douro, da qual faz parte com os senhores Manuel Cordeiro e Alberto Silva Fernandes, reuniu no dia 16 de Março de 2012, nela se tendo abordado a Prestação de Contas de 2011, as reformas na saúde e o mapa judiciário, bem como se apreciou a posição assumida pela CIMDOURO acerca da situação da vitivinicultura no Douro, cujas opiniões resultaram distintas acerca da bondade dos caminhos traçados por aquele documento. Para além disso, foi discutida a proposta de Lei da Reforma Administrativa, criticada pela grande maioria dos eleitos.

Quanto à Comissão Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, o senhor António Balça informou ter esta reunido no dia 20 de Março, na qual foi aprovado o relatório de atividades de 2011 e debatidas as regras do uso do fogo.

Na Comissão Municipal de Toponímia o senhor Norberto Vieira disse não ter havido qualquer reunião.

O senhor António Froufe Bastos da Comissão da Proteção Civil disse que a mesma reuniu no dia 20 de Março tendo sido apresentados os planos de 2011 e 2012 e o plano municipal do uso do fogo e o equipamento dos sapadores.

Quanto ao Conselho cinegético Municipal, o senhor Adelino Nascimento Lopes informou que não reuniu.

No Conselho da Comunidade do ACES Douro Sul, o senhor Luís Paíga comunicou que este não reuniu.

O Conselho Municipal da Educação reuniu no dia 5 de Março, tendo o senhor António Augusto Vicente dado conta à Assembleia da ação da Câmara Municipal no âmbito escolar, com atribuição de passes gratuitos, subsídios a alunos carenciados, o transporte dos alunos, a apoio nas viagens de finalistas, entre outros.

Quanto ao Núcleo Social de Inserção, o senhor Manuel Martins disse não ter informações relevantes a prestar.

O senhor Presidente da Mesa questionou os presentes sobre e dispensa da leitura da ata da reunião anterior, o que foi aceite por todos. Foi, depois, o conteúdo da mesma posto à votação, tendo sido a ata aprovada por unanimidade.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, logo depois, abertas as inscrições para intervenção neste período de Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra por ordem de inscrição.

O senhor Vladimiro da Silva elogiou os serviços prestados pelo Município à Educação, não concordando, porém, com o apoio a viagens ao estrangeiro. Lamentou que o concelho não faça parte do Plano Nacional da Leitura. Depois, referindo-se à sua intervenção na última sessão da Assembleia, onde se referiu a uma obra ilegal em Paredes da Beira, alertou para a falta de processo de contra ordenação. Terminou dizendo que se devem apoiar e estimular as pessoas que se dedicam à causa pública.

O senhor Luís Pereira relatou com agrado o pagamento pelo município do jornal escolar. Referindo-se, depois, ao documento sumário entregue pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal acerca do estado da revisão do PDM, alertou que no ponto 9 se deveria dizer Comunidade Intermunicipal em vez de Comunidade Urbana.

O senhor Fernando Pereira, referindo-se à reforma da administração local, disse existir falta de informação, entendendo que a questão da reorganização das freguesias deveria ser colocada à população através de referendo.

O senhor Joaquim Monteiro lamentou uma vez mais os cortes da energia na sua freguesia de Ervedosa do Douro e, referindo-se depois à reorganização administrativa, sugeriu que na proposta de reorganização das freguesias deveriam ser contemplados simultaneamente alguns ajustes entre os limites das freguesias, mesmo daquelas que não serão objeto de fusão, pois existem muitas irregularidades, designadamente nos limites de Ervedosa do Douro com S. João da Pesqueira.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para responder aos senhores membros da Assembleia intervenientes neste período.

O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que, atendendo às diferentes taxas cobradas pelo consumo de água, a CIMDOURO apresentou ao Governo uma proposta de equilíbrio desse valor para todo o País. Adiantou que as candidaturas que foram aprovadas no âmbito do QREN são para ser levadas a cabo se tal for possível. Depois, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu-se ao documento elaborado pela CIMDOURO acerca do futuro da vitivinicultura no Douro, dizendo que a proposta de obrigatoriedade de produção de Vinho do Porto com aguardente da região resultou de um estudo económico da CIMDOURO. Informou que a reunião com o senhor Secretário de Estado da Agricultura foi infrutífera. Na sua opinião as Adegas Cooperativas estão bem financeiramente, mas pagam mal. Referindo-se à questão da suposta obra ilegal arguida pelo senhor Vladimiro Silva, o senhor Presidente da Câmara disse julgar que a mesma foi objeto de processo de licenciamento. Quanto à reorganização administrativa das freguesias, considera que todos os eleitos têm obrigação e responsabilidade de fazer o melhor pelo concelho nesta matéria. Adiantou que, segundo a lei, o concelho de S. João da Pesqueira terá de reduzir pelo menos 20% das suas freguesias, ou seja, três freguesias terão de se agregar com freguesias limítrofes, e isto se a proposta de reorganização for aprovada

pela Assembleia Municipal, pois se nada for apresentado à Assembleia da República, será esta que procederá administrativamente à fusão de freguesias e no total de 25%, ou seja, quatro freguesias. Considerou a bondade de um possível referendo, mas questionou acerca de quem o iria realizar e em que freguesias. Mostrou disponível por parte da Câmara Municipal em equacionar a redelimitação de outras freguesias do concelho neste processo mas entende que os ajustes dos limites entre freguesia terão de seguir um procedimento autónomo.

O senhor Presidente da Mesa concedeu novamente a palavra ao senhor Vladimiro da Silva que, em reposta, referiu que não existe qualquer licenciamento ou projeto da obra em questão, sendo que a mesma se encontra em desenvolvimento.

O senhor Fernando Pereira reafirmou que para a reorganização territorial das freguesias há necessidade da Assembleia Municipal ser legitimada pelo povo.

O senhor Luís Pereira questionou o executivo para saber quais os projetos aprovados para o concelho no âmbito do QREN.

O senhor Joaquim Monteiro comentou que também as delimitações pontuais entre freguesias podem e devem ser levadas a cabo no âmbito da reorganização administrativa. Mais disse que lamenta que para as demais freguesias do concelho não haja verbas para necessidades essenciais, mas que na freguesia de S. João da Pesqueira se gaste dinheiro em inúmeros jardins e em flores.

O senhor António Balça realçou uma vez mais a importância de se aproveitar a reorganização territorial de freguesias para melhorar o concelho e as freguesias agregadas, dando-lhes escala e dotando-as de melhores serviços à população.

O senhor António Bastos alertou também para a indefinição da delimitação da freguesia de Trevões no seu limite com o concelho de Penedono, estando o nosso concelho a perder oportunidades de negócio numa zona que considera ser de S. João da Pesqueira e não de Penedono, sendo urgente dialogar com o concelho vizinho e definir cabalmente os limites territoriais.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse haver disponibilidade para esclarecer a população sobre a agregação de freguesias, o que se tem vindo a fazer.

Período da Ordem do Dia

Finalizado o período de antes da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao período da ordem do dia com a leitura dos assuntos a tratar, assim:

PONTO ÚNICO - Apreciação da Atividade Municipal.

Procedeu-se à leitura da informação remetida pelo senhor Presidente da Câmara Municipal.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Vladimiro Silva elogiando o papel do município no andebol e na natação, e, bem assim, regozijando-se com a

pretensão de construção de uma alternativa à EN 222 e ligação à A24. Questionou depois o executivo perguntando que verbas estão ainda por receber do QREN.

O senhor Joaquim Monteiro felicitou os municípios da CIMDOURO pela proposta para o Douro apresentada ao Ministério da Agricultura, considerando que os eleitos têm a obrigação de tomar um posição firme e concertada sobre este problema. Lamentou, uma vez mais, a péssima rede viária existente no concelho.

O senhor António Bastos considerou que se deveria repensar a forma como é executada a Festa dos Saberes e Sabores do Douro, comentando que no local não existia sequer espaço suficiente para a circulação das pessoas. Perguntou, depois, que ajuda foi prestada aos empreendedores do concelho, a quem e em que áreas.

O senhor Fernando Martins felicitou o estudo de uma ligação do concelho à A24, assim como o apoio do município aos empresários do concelho através do Gabinete do Empreendedorismo e o apoio no desporto. Lamentou o pequeno espaço reservado na BTL e sugeriu a divulgação no site da presença do município nestes certames.

O senhor Luís Pereira lamentou que a prometida requalificação da EN222 seja sucessivamente adiada e questionou o executivo acerca da razão para a estrada de acesso à zona industrial não ser ainda permitido.

O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao senhor Presidente da Assembleia que fosse dada a palavra à senhora Vice-Presidente, Marcolina Sequeira, para se referir às Aldeias Vinhateiras, o que foi concedido, tendo esta referido que as atividades das Aldeias Vinhateiras serão inseridas numa associação (ARDAV), com uma identidade própria vocacionada para o turismo, sendo que para a constituição dessa associação estão a ser elaborados os respetivos estatutos.

De seguida o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o município tem ajudado os empreendedores do concelho que o têm solicitado, mas informando que a participação na BTL não teve custos para o município. Os eventos em que o município tem participado têm sido divulgados no site da internet. O município tem prestado apoio aos investidores no concelho mediante a colaboração na elaboração de projetos. Disse que se tem tentado melhorar a festa dos Saberes e Sabores do Douro. Mostrou preocupação pela despesa suportada pelo município no envio da documentação para os membros da Assembleia, apelando a todos que aceitem recebê-los por email. Comunicou que os sapadores municipais têm procedido à limpeza de todas as bermas e valetas das estradas municipais. Destacou, também, o trabalho dos professores do concelho com os jovens em atividades desportivas. Disse, finalmente que é devido ao município meio milhão de euros do QREN.

PONTO 2 - Análise, discussão e votação do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Vladimiro Silva que disse ter verificado que não foram cumpridos os prazos legais de consulta pública nos regulamentos referidos nos pontos 2 e 3, alertando para a possível impugnação de qualquer pessoa da validade dos mesmos no futuro, mais dizendo que a data aí indicada de aprovação em reunião de Câmara Municipal também não é a exata. Perguntou, depois, se os comerciantes do concelho foram ouvidos e qual a sua opinião.

O senhor António Balça considerou que o regulamento deveria prever um período de tolerância para o fecho, dizendo que as coimas previstas são demasiado elevadas. Perguntou em que situação ficam os estabelecimentos que atualmente têm permissão para encerrar às quatro horas e pelo novo regulamento terão de encerrar às duas.

O senhor Presidente da Câmara Municipal disse que todos os prazos legalmente estabelecidos foram cumpridos no procedimento de elaboração dos regulamentos referidos pelo senhor Vladimiro Silva, esclarecendo, porém que a reunião da Câmara Municipal se realizou no dia 11 de Abril, lapso que seria corrigido. Mais referiu que não podem existir períodos de tolerância mas antes horários bem definidos e que serão as forças policiais a atuar em caso de incumprimento dos mesmos.

Posto o documento à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO 3 - Análise, discussão e votação do Regulamento Municipal de Licenciamento do Exercício de Atividades.

Não havendo inscritos, passou-se à votação da proposta de regulamento, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO 4 - Análise, discussão e votação do Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de S. João da Pesqueira.

Abertas as inscrições, começou por intervir o senhor Joaquim Monteiro que disse que os municípios andam a ter trabalho na elaboração destes regulamentos para depois no futuro próximo entregar o serviço de abastecimento de água a privados. Pergunta, assim, se estes serviços continuarão a ser prestados no futuro pelo município ou se serão cedidos.

O senhor António Balça considerou que se deveriam ponderar as situações em que se deve assacar responsabilidades pelo contador ao proprietário. Sisse, ainda, que deve existir diferenciação das tarifas da água para uso doméstico e daquela que é usada para regar hortas.

O senhor Presidente da Câmara Municipal chamou a atenção para a previsão de condições especiais para as famílias com menos recursos, numa vertente social, concluindo que quem consome mais e usa a água para fins não domésticos pagará necessariamente mais.

Posto o documento à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO 5 - Análise, discussão e votação do Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de S. João da Pesqueira.

Abertas as inscrições, pediu a palavra o senhor António Vicente alertando para a necessidade de incluir no regulamento a data da reunião da Câmara Municipal em que o regulamento foi aprovado.

Posto o documento à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO 6 - Análise, discussão e votação do Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de S. João da Pesqueira.

Não havendo inscritos, passou-se à votação da proposta de regulamento, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO 7 - Análise, discussão e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2011.

Abertas as inscrições, pediu a palavra o senhor Vladimiro Silva para felicitar o executivo pelos resultados obtidos, chamando, porém, à atenção para melhor diferenciação entre receitas e despesas correntes e receitas e despesas de capital.

Tendo senhor Presidente da Câmara agradecido as sugestões, passou-se à votação do documento, que foi aprovado por maioria, com duas abstenções dos senhores Vítor Monteiro e Luís Pereira.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2 a 7, a fim de terem desde logo eficácia externa, o que foi aprovado por unanimidade.

Período de Intervenção do Público

Tendo chegado à mesa, no início da sessão, um pedido de intervenção do público, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao senhor Américo Ricardo Alves, de S. João da Pesqueira, que pediu formalmente desculpa à Assembleia, na pessoa do seu Presidente da Mesa, pela intervenção extemporânea que protagonizou na sessão anterior. Depois, disse ter ficado sem acesso a uma propriedade sita no lugar do Cadão em virtude de um senhor, que aí tem também uma propriedade, ter usurpado e feito seu um parte do caminho público dizendo ter sido consentido pelos senhor Presidente da Câmara Municipal, o que muito lamenta e quer ver resolvido. Entregou ao senhor Presidente da Mesa cópia de uma carta que dirigiu ao senhor Presidente da Câmara e requereu que dela fosse dado conhecimento aos senhores vereadores e à Assembleia. De seguida alertou para o conhecimento informal que teve de que o Ministério da Justiça se prepara para

proponer o encerramento do Tribunal de S. João da Pesqueira sendo urgente, por isso, que o município tente desde já saber a fundo da questão e diligencie todos os mecanismos a fim de o evitar, unindo forças entre todos.

Não tendo o senhor Presidente da Câmara Municipal usado da palavra para responder, e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que lida e posta à votação na sessão seguinte, foi aprovada por _____.
